

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>212.991</b>	<b>2.012</b>	<b>215.003</b>
Pessoal Ativo	182.174	1.651	<b>183.825</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.391		<b>2.391</b>
Demais despesas com Pessoal Ativo	179.783	1.651	<b>181.434</b>
Pessoal Inativo e Pensionistas	30.817	361	<b>31.178</b>
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	30.817	361	<b>31.178</b>
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>53.554</b>	<b>2.012</b>	<b>55.566</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.391		2.391
Despesas de Exercícios Anteriores	21.869	1.651	23.520
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	29.294	361	29.655
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>159.437</b>	<b>-</b>	<b>159.437</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			524.379.492
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,030405%</b>	<b>0,000000%</b>	<b>0,030405%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,063158%</b>		<b>331.188</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,060000%</b>		<b>314.628</b>

FORNE:

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

O total de Sentenças Judiciais referentes a Precatórios da Administração Indireta foi de R\$ 4.723.391,09

Do total de Sentenças Judiciais, R\$2.229 (dois milhões, duzentos e vinte e nove mil ) referem-se a Sentenças Judiciais de Pequeno Valor e R\$ 162(cento e sessenta e dois mil ) referem-se a Prec mil) referem-se a Precatórios.

DESEMBARGADORA VANIA MARIA DA ROCHA ABENSUR  
PRESIDENTE

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA  
DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS  
ORDENADOR DE DESPESA

JOSELINA ALVES CABRAL  
DIRETORA DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

WALDEMIR NOGUEIRA DE LIMA  
SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, em substituição